



SIMULADO ESPECIAL

CGE RJ

Auditor do Estado

Pós-Edital

Simulado

Simulado CGE RJ (Auditor do Estado)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso CGE RJ (Auditor do Estado);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-CGE-RJ-03-12>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	47 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo***TEXTO I**

O estilo de jogo e as celebrações dos torcedores são publicamente reconhecidos no Brasil como traços nacionais. Em um plano, temos o tão celebrado “futebol-arte” glorificado como a forma genuína de nosso suposto estilo de jogo, e o entusiasmo e os diversos modos de torcer como características típicas de ser brasileiro. Mas, no plano organizacional, não enalteçemos determinados aspectos, uma vez que eles falam de algo indesejado na resolução de obstáculos da vida cotidiana. Nesse sentido, tais traços do famoso “jeitinho” brasileiro não são considerados como representativos do Brasil que idealizamos.

Repetido diversas vezes e vendido para o exterior como uma das imagens que melhor retrata o nosso país, o epíteto “Brasil: país do futebol” merece uma investigação mais cuidadosa. Essa ideia foi uma “construção” histórica que teve um papel importante na formação da nossa identidade. Internamente a utilizamos, quase sempre, com um viés positivo, como uma maneira de nos sentirmos membros de uma nação singular, mais alegre.

Não negamos a sua força nem sua eficácia simbólica, mas começamos a questionar o papel dessa representação na virada do século, bem como a atual intensidade de seu impacto no cotidiano brasileiro. Se a paixão pelo futebol é um fenômeno que ocorre em diversos países do mundo, o que nos diferencia seria a forma como nos utilizamos dele para construirmos nossa identidade e conquistas em competições internacionais? Observemos, no entanto, que ser um aficionado não significa necessariamente se valer do futebol como metáfora do país.

A Copa do Mundo possui uma estrutura narrativa que estimula os nacionalismos. O encanto da competição encontra-se justamente no fato de “fingirmos” acreditar que as nações estão representadas por 11 jogadores. O futebol não é a nação, mas a crença de que ele o é move as paixões

durante um Mundial. Mas, ao compararmos a situação atual com a carga emocional de 1950 e 1970, especulamos sobre a possibilidade de estarmos assistindo a um declínio do interesse pelo futebol como emblema da nação.

O jogador que veste a camisa nacional também representa clubes da Europa, além de empresas multinacionais. As marcas empresariais estão amalgamadas com o fenômeno esportivo. As camisas e os produtos associados a ele são vendidos em todas as partes do mundo. Esse processo de desterritorialização do ídolo e do futebol cria um novo processo de identidade cultural. Ao se enaltecer o futebol como um produto a ser consumido em um mercado de entretenimento cada vez mais diversificado, sem um projeto que o articule a instâncias mais inclusivas, o que se consegue é esgarçar cada vez mais o vínculo estabelecido em décadas passadas.

Se o futebol foi um dos fatores primordiais de integração nacional, sendo a seleção motivo de orgulho e identificação para os brasileiros, qual seria o seu papel no século 21? Continuar resgatando sentimentos nacionalistas por meio das atuações da seleção ou estimulá-los despertando a população para um olhar mais crítico sobre o papel desse esporte na vida do país?

HELAL, R. Ciência Hoje, n. 314. Rio de Janeiro: SBPC e Instituto Ciência Hoje. Maio de 2014. p. 18-23. Adaptado.

No que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens.

- 01.** A atração pelo futebol como símbolo nacional tem diminuído nos últimos anos.
- 02.** Depreende-se do texto que o que diferencia os brasileiros dos demais países do mundo é a paixão pelo futebol.

- 03.** A copa do mundo é organizada de modo que os nacionalismos sejam estimulados.
- 04.** No texto, predomina o tipo argumentativo, haja vista a presença de diversos argumentos para sustentar a ideia defendida por seu autor.
- 05.** O emprego das vírgulas no trecho do primeiro parágrafo “Mas, no plano organizacional, não enalteçemos determinados aspectos, uma vez que eles falam de algo indesejado na resolução de obstáculos da vida cotidiana” justifica-se por regras distintas.
- 06.** No trecho “a possibilidade de estarmos assistindo a um declínio do interesse pelo futebol” (6º parágrafo), se a expressão “um declínio” fosse substituída por “decadência”, o vocábulo “a”, que a antecede, deveria também ser substituído por **à**.
- 07.** No trecho “o que se consegue é esgarçar cada vez mais o vínculo estabelecido” (5º parágrafo), o vocábulo “esgarçar” está empregado com o mesmo sentido de **desgastar**.
- 08.** O vocábulo **ou** no trecho “Continuar resgatando sentimentos nacionalistas por meio das atuações da seleção ou estimulá-los despertando a população para um olhar mais crítico sobre o papel desse esporte na vida do país?” (6º parágrafo) poderia ser corretamente substituído por **seja**.
- 09.** No trecho “O futebol não é a nação, mas a crença de que ele o é move as paixões durante um Mundial” (4º parágrafo), as formas pronominais “ele” e “o” retomam o mesmo referente.
- 10.** O período “Não negamos a sua força nem sua eficácia simbólica, mas começamos a questionar o papel dessa representação na virada do século” (3º parágrafo) poderia ser reescrito, sem prejuízo para as informações do texto, da seguinte forma: **Embora não neguemos a sua força nem sua eficácia simbólica, começamos a questionar o papel dessa representação na virada do século.**
- 11.** No trecho “ser um aficionado não significa necessariamente se valer do futebol como metáfora do país” (3º parágrafo) a próclise é justificada pela presença da palavra “necessariamente”.
- 12.** Seria mantida a correção gramatical do texto caso a forma verbal “cria”, no trecho do 5º parágrafo “Esse processo de desterritorialização do ídolo e do futebol cria um novo processo de identidade cultural”, fosse substituída por **criam**.
- 13.** O trecho “Repetido diversas vezes e vendido para o exterior como uma das imagens que melhor retrata o nosso país” (2º parágrafo) é adjunto adnominal de **epíteto**.
- 14.** A substituição do termo “clubes da Europa” (5º parágrafo) por **clubes europeus** manteria os sentidos originais do texto.
- 15.** O vocábulo **que** no trecho “Essa ideia foi uma ‘construção’ histórica que teve um papel importante na formação da nossa identidade” (2º parágrafo) poderia ser substituído por **o qual**, sem alteração dos sentidos e da correção gramatical do texto.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravvella

16. Algumas ações orçamentárias têm uma singular dificuldade em serem planejadas sob a perspectiva territorial antes do início de sua execução, principalmente considerando sua estratégia de implementação. Por exemplo, as ações que dependem da adesão prévia de entes subnacionais a editais ou processos seletivos. Esta forma de implementação faz com que qualquer previsão de recursos circunscreva a um espaço geográfico mais focalizado durante a fase de elaboração revele-se imprecisa e irreal.
17. Para os casos em que não seja possível identificar a localização do gasto durante o processo de elaboração orçamentária, será necessária a criação de um Plano Orçamentário, com vistas a um acompanhamento físico e financeiro em nível mais detalhado.
18. Os princípios orçamentários visam estabelecer regras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.
19. O princípio da Unidade pode ser entendido como a necessidade de haver harmonia (compatibilidade) entre a LOA, a LDO e o PPA.
20. A codificação das naturezas de receita em vigor para a União aplica lógica integralmente voltada para a gestão das receitas orçamentárias.
21. As Receitas Correntes Intraorçamentárias e Receitas de Capital Intraorçamentárias representadas, respectivamente, pelos códigos 7 e 8 em suas categorias econômicas, representam novas categorias econômicas elencadas pelas normas técnicas e ordenamento jurídico vigentes.

22. A espécie é o detalhamento das categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital, com vistas a identificar a procedência das receitas quando ingressam nos cofres públicos.

23. Receitas de serviços decorrem da prestação de serviços por parte do ente público, tais como comércio e arrecadação de valores de inscrições em concursos públicos realizados por entidades públicas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

24. **Caso:** O Corregedor Nacional de Justiça, no exercício de atribuição que lhe fora conferida pelo Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (Resolução 67/2009) requisitou das autoridades fiscal e monetária, no âmbito da União, informações sigilosas a respeito de João da Silva, juiz federal substituto, para apurar, a partir de fundados elementos de suspeita, em procedimento de investigação, suposta venda de sentença. O Banco Central e a Receita Federal do Brasil negaram acesso aos dados, pelo fato de não existir lei complementar que autorize, na hipótese, quebra de sigilo bancário e fiscal e em razão da inexistência de ordem judicial. **Assertiva:** Embora constitucionalmente protegido, o sigilo de dados bancários e fiscais pode ser objeto de conformação regimental (lei em sentido material) devidamente justificada, para atender interesse público, com previsão de hipóteses de transferência de dados no interior da Administração Pública.

25. **Caso:** Decreto do Presidente da República excluiu a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e fixou que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos. **Assertiva:** É inconstitucional a interpretação que exclui o direito de candidatos com deficiência à adaptação razoável em provas físicas de concursos públicos.

A respeito do Poder Legislativo e do Processo Legislativo, julgue os itens.

26. A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios da autoridade judicial, de modo que pode, por autoridade própria, promover a busca e apreensão de documentos em ambientes domiciliares.

27. A Constituição estadual não pode criar outras hipóteses de reserva de lei complementar, além daquelas que já são previstas na Constituição Federal.

A respeito do Poder Executivo, julgue o item.

28. O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.

No que se refere à organização do Estado, julgue o item.

29. No âmbito da competência legislativa concorrente, compete aos estados e ao Distrito Federal o exercício da competência suplementar, de maneira a cumprir e ampliar as normas gerais fixadas pela União e acrescentar partes específicas, conforme a necessidade de cada um.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos doutrinários e as disposições contidas na Lei 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

30. Em regra, a empresa contratada fará jus à extinção contratual quando se deparar com a suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a três meses.

31. A multa contratual poderá ser aplicada se o contratado praticar qualquer das infrações administrativas previstas em lei e não poderá ser inferior a 0,5% e nem superior a 30% do valor do contrato.

32. É possível a indicação de marca em contratos de compras, nas hipóteses em que determinada marca comercializada por mais de um fornecedor for a única capaz de atender às necessidades da Administração.

33. Procuradores municipais sujeitam-se, para fins de teto remuneratório, ao subsídio do prefeito.

34. Para restar caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir pelo poder público.

35. O legislador pode estabelecer modalidade de controle externo não prevista constitucionalmente, desde que recorra à lei complementar.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

36. A proposição P2 é equivalente a “Se eu não ceder à preguiça, não assistirei televisão, comerei pizza ou irei para a academia”.
37. Se o argumento formado pelas proposições P1, P2, P3 e P4, como premissas, e C, como conclusão, for válido, então é correto concluir que é verdadeira a proposição “Fui para a academia ou corri 30 minutos”.
38. O argumento cujas premissas sejam as proposições P1, P2, P3 e P4 e cuja conclusão seja a proposição C será válido.

Com relação aos sistemas de amortização, julgue os itens a seguir.

39. Um banco concedeu um empréstimo de R\$ 60.000,00 para ser quitado pelo sistema de amortização constante em 12 prestações mensais. Considerando-se que o banco adotou a taxa de juros de 3% ao mês e que a primeira prestação venceu um mês após a tomada do empréstimo, é correto afirmar que a diferença entre a nona e a décima prestação é superior a R\$ 150,00.
40. Um servidor da CGE RJ fez um empréstimo no valor de R\$ 4.995,00 a uma taxa de juros de 2% ao mês. Considerando-se que foi adotado o sistema de amortização francês e que o pagamento será dado em 10 prestações, é correto afirmar que o valor da quinta prestação será superior a R\$ 550,00.

Dado: $1,02^{-10} = 0,82$.

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

A quantidade de gols que o time Perna F.C. consegue fazer é uma variável aleatória discreta X tem cinco valores possíveis, 0, 1, 2, 3 e 4 com probabilidades respectivas iguais a 0,1; 0,3; 0,2; 0,3 e 0,1.

Baseado no texto acima, julgue os itens 41, 42 e 43.

41. A mediana e média aritmética da variável X são iguais
42. Se $Y = 6 - 2X$, então a variância da variável Y é superior a 5
43. Se $Y = 6 - 2X$, então a variância relativa de Y é inferior a 1,5

Sejam A e B dois eventos associados a um experimento. Sabe-se que $P(A) = 0,4$ e $P(A \cup B) = 0,7$ e $P(B) = p$.

Julgue os itens seguintes:

44. O valor de p para que A e B sejam mutuamente excludentes é superior a 20%
45. O valor de p para que A e B sejam independentes é inferior a 40%

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

- 46.** No Windows 10, a assistente virtual, Cortana, utiliza tecnologia de Inteligência Artificial Cognitiva para conseguir interagir de forma cada vez mais integrada com o usuário específico, aprendendo seus hábitos e pequenas idiossincrasias.
- 47.** No Word, uma funcionalidade bastante útil é o sombreamento, que se encontra disponível para o usuário na guia Layout e permite que seja colocado um realce no texto similar ao efeito de um marca texto.
- 48.** O worm é um tipo de ataque que apresenta alto poder de multiplicação e se propaga de maneira autônoma nas redes e ambientes computacionais.
- 49.** O hoax é um tipo de ataque que assume o comando das caixas de som dos equipamentos e gera um barulho incômodo e irritante nos dispositivos, fazendo com os usuários não consigam permanecer utilizando os mesmos até que o ataque seja removido.
- 50.** A LGPD é uma nova legislação que regula o uso de dados digitais dos usuários e se aplica apenas ao meio digital.

CONTROLE*Herbert Almeida*

- Considerando a legislação, a doutrina e a jurisprudência sobre o controle externo, julgue os itens a seguir.
- 51.** Em âmbito federal, a titularidade do controle externo pertence ao Congresso Nacional, ao passo que nos estados e nos municípios a titularidade desse controle será exercida pela assembleia legislativa local.
- 52.** A supervisão ministerial é um controle por vinculação, no qual um órgão da administração direta realiza a tutela de uma entidade administrativa, sem relação de hierarquia.
- 53.** As decisões dos tribunais de contas, em matéria de sua competência, não se submetem a recurso dirigido ao Poder Legislativo, mas podem ser objeto de invalidação perante o Poder Judiciário em virtude de ilegalidade grave ou formal.
- 54.** O controle externo, em sentido amplo, trata de todo o controle que um Poder poderá realizar, legitimamente, sobre a atuação do outro. Porém, somente a Constituição ou as leis são instrumentos hábeis para criar uma forma de intervenção de um Poder sobre as prerrogativas de outro.
- 55.** O controle realizado pelos tribunais de contas classifica-se como controle legislativo.
- 56.** O Presidente da República indica três membros do TCU, sendo os dois primeiros entre os auditores e membros do Ministério Público, enquanto um será de livre escolha, entre os brasileiros que atendam aos requisitos definidos na Constituição Federal. Somente este último será submetido à apreciação do Senado, enquanto os outros dois são nomeados diretamente, já que escolhidos por meio de lista enviada pelo Tribunal.

57. O controle de legalidade realizado pelo Poder Judiciário não se confunde com o controle realizado pelos tribunais de contas. O Judiciário não faz controle de ofício, ao passo que o tribunal de contas faz; além disso, o Judiciário tem competência para anular um ato, ao passo que o tribunal de contas fixa prazo para a correção da ilegalidade.

58. Insere-se nas atribuições do TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

59. O parecer prévio emitido pelo TCE RJ sobre as contas do governador somente deixará de prevalecer mediante decisão de dois terços dos membros da assembleia legislativa.

60. No caso de ilegalidade em contrato, caberá ao Tribunal de Contas da União fixar prazo para o exato cumprimento da lei. Se a decisão não for acatada pela autoridade administrativa competente, no prazo fixado, caberá ao Tribunal representar ao Congresso Nacional para que as medidas cabíveis sejam adotadas.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Tonyvan Carvalho

Considerando a Lei nº 7.989/2018, que dispõe do Sistema de Controle no Poder Executivo do RJ, cria a CGE RJ e organiza as carreiras de controle interno, julgue os itens a seguir.

61. A responsabilidade primária por estabelecer, manter, monitorar e aperfeiçoar os controles internos é da Controladoria Geral do Estado, sem prejuízo das responsabilidades secundárias que cabem às chefias, direção e demais gestores em seus respectivos âmbitos de atuação.

62. A Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – CGE se subdividirá na seguinte estrutura organizacional básica: Auditoria Geral do Estado; Ouvidoria e Transparência Geral do Estado e Corregedoria Geral do Estado.

63. O Conselho Superior do Controle Interno do Estado do Rio de Janeiro, integrado por 5 (cinco) membros natos, e 5 (cinco) membros eleitos. São membros eleitos: o Controlador-Geral do Estado; o Subcontrolador-Geral do Estado; o Auditor-Geral do Estado; o Corregedor-Geral do Estado e o Ouvidor-Geral do Estado.

64. Macrofunções do controle interno são funções de controle interno estruturadas em nível superior que visam dar suporte ao processo de gestão, desempenhadas sob a temática de Auditoria Governamental, Ouvidoria, Transparência e Ouvidoria. A Ouvidoria tem por finalidade avaliar os controles internos e gerenciar os riscos corporativos dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, examinar a legalidade, legitimidade e avaliar os resultados da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à economicidade, eficácia, eficiência e efetividade; assim como orientar e acompanhar a gestão governamental, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.

65. A organização do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com as suas finalidades e características técnicas, compreende dentre outros, a Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – CGE, como Órgão Central de Controle Interno - OCI.

Considerando o Decreto nº 46.873,/2019, que dispõe sobre o Sistema de Controle no Poder Executivo Estadual do RJ, julgue os itens a seguir.

66. Deverão ser designados como titulares das unidades de controle setoriais, obrigatoriamente, servidores públicos efetivos ou, no caso de empresas estatais, empregados de carreira.

67. A atividade de avaliação desempenhada pela AGE e a UCI relaciona-se com a proposição de melhorias dos controles internos com base na experiência e nos trabalhos realizados e se dá, preferencialmente, na construção de normativos e melhoria das políticas públicas..

68. Compete à UCI emitir Relatório de Auditoria e Parecer sobre a prestação de contas, tomadas de contas regulares e especiais do órgão ou entidade, observadas as normas complementares. A publicação dos relatórios de auditoria da AGE e da UCI na internet deve se dar até trinta dias após a conclusão do mesmo, tarjados os trechos sigilosos e observado o disposto na Lei de Acesso a Informação.

69. A indicação dos titulares das unidades de controle setoriais poderá ser previamente avaliada pelo Controlador Geral do Estado, devendo ser encaminhado à CGE, dentre outros documentos, o curriculum vitae do indicado que demonstre a existência de perfil técnico compatível com as atividades a serem exercidas.

Considerando a Resolução CGE nº 154/2022, que trata do Regimento Interno da CGE RJ, julgue o item a seguir.

70. São competências privativas do Controlador-Geral do Estado, dentre outras, instaurar, com exclusividade, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o Procedimento de Investigação Preliminar destinado à averiguação de indícios de autoria e materialidade de todo e qualquer fato que possa acarretar a aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Santanna

71. Com referência à auditoria no setor público, julgue o item a seguir.

As evidências de auditoria são as informações coletadas, analisadas, avaliadas e utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamenta a sua opinião. As evidências constituem a parte central do relatório, pois representam a base não apenas para a conclusão a ser alcançada, mas também para as recomendações elaboradas pela equipe.

72. A auditoria de conformidade pode abranger ampla variedade de objetos, fornecer asseguarção razoável ou limitada e utilizar diversos tipos de critérios e formatos de relatório.

73. Com relação ao planejamento de auditoria governamental, julgue o item a seguir.

Recomenda-se o uso de amostragem estatística quando há maior risco de fraudes ou quando há necessidade de alta precisão nos trabalhos de auditoria.

74. A matriz de planejamento tem como propósito auxiliar a elaboração conceitual do trabalho e orientar a equipe na fase de execução. Trata-se de instrumento flexível e seu conteúdo pode ser atualizado ou modificado pela equipe, à medida que evolui o trabalho de auditoria.

75. Com relação aos instrumentos de fiscalização utilizados no setor público, julgue o item a seguir.

A auditoria operacional busca observar se o gestor segue os princípios da economicidade, eficiência e efetividade, não cabendo a esse tipo de fiscalização verificar se há espaço para aperfeiçoamento.

76. A auditoria financeira tem como foco determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável.

77. No relatório do auditor, além dos apontamentos que justifiquem a emissão de recomendações, deve-se destacar de forma equilibrada os pontos fortes do objeto de auditoria, as principais oportunidades de melhoria de desempenho e os possíveis benefícios esperados.

78. A técnica de observação está sujeita a limitações relacionadas ao momento em que ocorre e à possibilidade de a forma como o procedimento ou processo é executado ser afetada pelo fato de encontrar-se sob a observação do auditor.

79. Há risco inerente quando não se consegue evitar ou detectar erro ou fraude em um processo, mesmo que este tenha sido submetido a um efetivo controle interno.

80. A determinação da materialidade é um tema que deve ser considerado pelo auditor por ocasião da definição do plano de auditoria.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renan Araújo

Texto-base para os itens 81 a 83:

Situação hipotética: Jeremias, funcionário público da CGE-RJ, ocupante de função de direção, valendo-se de seu acesso facilitado, ingressou no prédio da repartição em um horário de menor fluxo de pessoas e subtraiu alguns bens públicos que se encontravam armazenados em determinada sala. A conduta de Jeremias foi facilitada pelo fato de que Edvaldo, responsável pela repartição, se esquecera de trancar a porta da sala ao ir embora.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

81. Assertiva: nesse caso, Jeremias praticou o crime de peculato-furto, que tem a mesma pena prevista para os crimes de peculato-apropriação e peculato-desvio, reduzida de um terço.

82. Assertiva: se houver a reparação integral do dano antes da sentença irrecorrível, estará extinta a punibilidade do fato em relação a Jeremias e a Edvaldo.

83. Assertiva: A pena imposta a Jeremias será aumentada da terça parte por ser ele ocupante de função de direção na administração direta.

84. Acerca da lei penal no tempo e no espaço, julgue o item a seguir:

Nos crimes permanentes o momento consumativo do delito se estende no tempo, de maneira que, sobrevindo nova lei mais grave, esta será aplicável ao fato se sua vigência for anterior à cessação da permanência.

85. Acerca da lei penal no tempo e no espaço, julgue o item a seguir:

É aplicável a lei penal brasileira a crimes cometidos a bordo de aeronaves e embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar, sendo aplicável, neste caso, o princípio da territorialidade.

86. Acerca dos crimes contra a pessoa, julgue o item a seguir:

A pena do crime de difamação é aumentada de um terço se o crime é cometido contra funcionário público, em razão de suas funções, não sendo cabível a exceção da verdade.

87. Acerca dos crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir:

O crime de estelionato é processável por meio de ação penal pública incondicionada quando praticado a Administração Pública, ainda que indireta.

NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

88. Considerando o assunto “limitações ao poder de tributar”, disciplinado entre os arts. 150 a 152 da Constituição Federal, julgue o item a seguir: A imunidade tributária aplicável aos entes federativos, denominada imunidade recíproca, estende-se às autarquias, fundações e empresas públicas.

89. Em relação às espécies tributárias, julgue o item a seguir: É considerado como efetivamente utilizado pelo contribuinte o serviço público, quando, sendo de utilização compulsória, seja posto à disposição do contribuinte mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

90. É vedado à União conceder incentivos fiscais em favor de Estado, Distrito Federal ou Município, ainda que destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

91. O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

92. A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.

93. A respeito da prescrição em matéria tributária, julgue o item a seguir: O termo inicial do lustro prescricional ocorre com a constituição definitiva do crédito tributário, e este prazo se encerra após o período de 5 anos, sendo admitido que seja interrompido.

94. A competência tributária é indelegável, mas o não exercício da competência tributária a defere automaticamente a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

SISTEMA NORMATIVO ANTICORRUPÇÃO

Antônio Pequeno

Considerando a Lei n.º 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública nacional ou estrangeira, julgue os itens de **95 a 97**, a seguir:

95. A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes pela prática do ato ilícito.

96. Constitui ato lesivo à administração pública oferecer vantagem de qualquer tipo para afastar licitante.

97. A celebração do acordo de leniência importa a suspensão do prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção.

98. De acordo com a Convenção de Mérida, o procedimento de permitir que remessas ilícitas ou suspeitas saiam do território de um ou mais Estados, os atravessem ou entrem nele, com o conhecimento e sob a supervisão de autoridades competentes, objetivando identificar um delito e identificar pessoas envolvidas em sua ocorrência, é denominado entrega vigiada.

99. A Convenção de Mérida prevê regras procedimentais para a contratação de servidores públicos como tentativa de se evitar que pessoas mais suscetíveis a propostas de corrupção adentrem os quadros públicos. Sobre esse assunto, é correto afirmar que programas de formação e capacitação são essenciais para que os funcionários públicos exerçam suas funções de modo correto e honroso.

Considerando a Lei n.º 13.608/2018, que dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais, julgue os itens de **100 a 101**.

100. O informante que se identificar terá assegurado, pelo órgão que receber a denúncia, o sigilo dos seus dados.

101. Entre as recompensas a serem estabelecidas, poderá ser instituído o pagamento de valores em espécie.

SISTEMA NORMATIVO DE TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

Antônio Daud

À luz do regramento previsto na Lei 12.846/2013, julgue os itens que se seguem

102. O poder público poderá aplicar às pessoas jurídicas infratoras a pena de dissolução compulsória da pessoa jurídica, a qual pode ser dar por meio de processo judicial ou administrativo.

103. A responsabilização civil das pessoas jurídicas pressupõe a demonstração de dolo ou culpa, uma vez que serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil.

104. A Controladoria-Geral da União é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.

105. A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica cabe à autoridade máxima de cada órgão, podendo ser delegada, vedada a subdelegação.

À luz do regramento previsto na Lei 12.527/2011, julgue os itens que se seguem

106. A Administração pública responde diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada de informações pessoais, assegurado em qualquer caso o direito de regresso contra o servidor responsável.

107. São consideradas informações imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado que admitem classificação aquelas que possam comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

Acerca da avaliação e mensuração dos itens patrimoniais dispostos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue as assertivas subsequentes.

108. O potencial de serviços, relacionado aos ativos corresponde à capacidade de prestação de serviços que contribuem para o alcance dos objetivos da entidade e para a geração de caixa.

109. O montante dos créditos tributários a receber com expectativa de geração de benefícios econômicos de baixíssima probabilidade (remota) devem ser desconhecidos das demonstrações contábeis, pois não atendem à definição de ativo. No entanto, continuam sendo monitorados em contas de natureza de controle, em obediência ao princípio da transparência.

110. A inexistência de prazos de extinção de uma obrigação não configura impedimento para o seu reconhecimento por parte da entidade.

Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), julgue as assertivas subsequentes.

111. No quadro principal do Balanço Orçamentário (BO), os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública devem ser segregados em operações de crédito internas e externas. Essa sistemática não se aplica às despesas com amortização da dívida.

112. Na elaboração do Balanço Financeiro (BF), as receitas e despesas orçamentárias serão segregadas quanto à destinação em ordinárias e vinculadas. Além disso, a classificação por fonte/destinação de recursos deve ter uma linha para cada fonte/destinação de recursos existente.

Em relação aos procedimentos orçamentários previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue os itens subsequentes.

113. As operações intraorçamentárias são realizadas entre órgãos e demais entidades do mesmo ente federativo e representam novas entradas de recursos nos cofres do erário.

114. Na apropriação da variação patrimonial diminutiva (VPD) antes da liquidação da despesa, quando aplicável, a conta “crédito empenhado em liquidação” é utilizada para que não haja a duplicidade do passivo financeiro.

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Tiago Zanolla

115. A ética no setor público exige transparência nas ações e decisões governamentais. Os servidores públicos devem ser responsáveis perante os cidadãos, garantindo que suas ações sejam abertas ao escrutínio público e alinhadas com as leis e regulamentos.

116. Joana, servidora da CGE-RJ, ao se deparar com um erro em um relatório financeiro que poderia beneficiar um projeto de seu interesse pessoal, opta por corrigir o erro imediatamente, comunicando a situação aos seus superiores e garantindo a transparência e a correção do documento.

117. Durante uma reunião, Pedro, um servidor da CGE-RJ, sugere uma abordagem que simplifica processos, mas que compromete ligeiramente a transparência e a governança pública. Ele argumenta que a eficiência deve ser priorizada sobre a estrita adesão a procedimentos formais.

118. Carlos, um servidor da CGE-RJ, recebeu uma Censura Ética após ter sido identificado que ele utilizava recursos do órgão para fins pessoais. A Censura Ética, neste caso, serve apenas como uma repreensão formal sem qualquer orientação ou medidas para que Carlos possa melhorar sua conduta no futuro.

119. Após uma avaliação de conduta, Ana, servidora da CGE-RJ, assina um Termo de Ajuste de Conduta reconhecendo que suas ações recentes não estavam alinhadas com os preceitos éticos do Código. Com isso, ela se compromete a ajustar sua conduta, demonstrando compreensão e responsabilidade em relação ao ambiente de trabalho respeitoso e saudável.

120. João, servidor da CGE-RJ, foi responsabilizado por uma infração ética leve. O relatório concluiu que a infração não causou danos significativos. Neste caso, o Controlador-Geral do Estado tem a prerrogativa de aplicar apenas a censura privada, sem a possibilidade de optar pela censura pública, independentemente das circunstâncias do caso.

DISCURSIVA

Tendo em vista que as responsabilidades do auditor incluem a emissão de relatórios sobre demonstrações contábeis por eles auditadas, responda, com base na NBC TA, aos seguintes questionamentos.

- Qual situação justifica a emissão de relatório com opinião não modificada?
 - Que situações motivam a emissão de relatório com modificação de opinião?
 - Em que situações é apropriada a emissão de opinião com ressalva ou a emissão de opinião adversa?
-

Simulado Especial CGE RJ (Auditor do Estado) Pós-Edital – Banca: CEBRASPE- 03/12/2023

Linha	Folha de Resposta
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
